

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	1
Título: Todo mundo quer tirar uma casquinha da Petrobras	1
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Após pressão, fiscalização do frete começa hoje	2
Título: Metamorfose ambulante	3

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/09/2018

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Todo mundo quer tirar uma casquinha da Petrobras

A Petrobras, que esta semana aliviou um pouco a política de preços da gasolina ao aumentar o intervalo do reajuste, tem outra parada indigesta pela frente. Temer quer acionar as termelétricas para enfrentar a estiagem desta época do ano. Mas quatro delas, a gás, resistem por causa do preço do combustível.

Segue...

Uma delas está na Justiça contra a Petrobrás. É a Termofortaleza — controlada pela Eneel, cujo maior acionista é o governo italiano —, que tem capacidade para 326 megawatts, está parada desde junho. Alega que FH, no ano 2000, quando o país estava à beira de um racionamento de energia, prometeu casa, comida e roupa lavada e um preço camarada pelo gás. É. Pode ser.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/09/2018

Seção: Economia

Autor: Lua Aiko Otta

Título: Após pressão, fiscalização do frete começa hoje

Depois de ameaças de greve dos caminhoneiros, ANTT fará blitz na região do Porto de Santos para fiscalizar cumprimento da tabela

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) confirmou que fará hoje, em São Paulo, uma grande operação de fiscalização da tabela de preços mínimos do frete rodoviário e verificação de documentos para o transporte de cargas. Para não atrapalhar a operação, a agência não informou o local da ação e disse apenas que será próximo à capital. Entre os caminhoneiros, circulam informações de fiscalizações que serão feitas no Porto de Santos (SP) e também nos portos de Itajaí (SC), Paranaguá (PR) e Rio Grande (RS). A previsão é que as ações sejam feitas de hoje até segunda-feira. Na edição de sexta-feira, o Estado informou que o governo começaria a fiscalizar o cumprimento da tabela de preços mínimos antes da manifestação de caminhoneiros, marcada para a próxima quarta-feira. A urgência é tanta que foi publicada na tarde de quinta-feira uma edição extra do Diário Oficial da União com o objetivo de dar embasamento jurídico à atuação dos fiscais da ANTT.

Esse mandato legal não existia e, pelo rito normal da burocracia do governo, levaria perto de quatro meses para ser criado. Sem poder esperar tanto tempo, o Planalto emitiu uma ordem para começar a fiscalização o quanto antes. Essa é a segunda vez nesta semana que o Planalto atropelou procedimentos técnicos da ANTT para atender à pressão dos caminhoneiros. O reajuste médio de 5,0% na tabela do frete anunciado na quarta-feira, para acomodar a alta de 13% do

diesel às distribuidoras, é outro exemplo. Como a legalidade da própria tabela está em discussão, algumas empresas, independentemente do setor, têm contratado serviços a preços inferiores. As mais prudentes fazem um provisionamento para o caso de terem de pagar a indenização. Outras simplesmente ignoram o tabelamento. Fiscalização. Os fiscais da ANTT estão orientados para, num primeiro momento, notificar as pessoas e empresas que tenham contratado frete abaixo da tabela.

Esse documento poderá servir de base para que o caminhoneiro busque, na Justiça, uma indenização equivalente ao dobro da diferença entre o preço praticado e a tabela. Na lei que estabeleceu a política de preços mínimos do frete rodoviário está prevista essa compensação. Uma possibilidade em estudo no governo é colocar os sindicatos dos caminhoneiros como intermediários num entendimento entre o motorista e o embarcador. A aplicação de multas que vão gerar recursos aos cofres públicos ainda será regulada pela ANTT. Também na quinta-feira, a agência reguladora abriu uma audiência pública para receber sugestões da sociedade a respeito de procedimentos para garantir o cumprimento da tabela do frete. Serão 30 dias de consulta.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/09/2018

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: Metamorfose ambulante

O setor de energia vive uma série de transformações que vão mudar a face do Brasil. O governo Dilma impôs ao País várias medidas que nos levaram à beira do precipício. Já o governo Temer nos deixa um legado positivo. Dilma levou a Petrobrás a carregar uma dívida de US\$ 100 bilhões. Isso equivale a 40 vezes o orçamento do novíssimo Ministério da Segurança Pública. A empresa chegou a ter a perigosa relação de 5 vezes a geração de caixa/dívida líquida. A desastrosa política de segurar os preços dos combustíveis causou perdas da ordem de US\$ 40 bilhões. Isso sem contar que o governo anterior ficou seis anos sem realizar leilões de áreas de exploração, perdendo a oportunidade de aproveitar a cotação do barril do petróleo a US\$ 100. A política de subsídios aos combustíveis trouxe outra consequência: a quebra do setor de etanol. No setor elétrico não foi diferente. Todos se lembram da fatídica Medida Provisória (MP) 579, que praticamente quebrou a Eletrobrás e várias distribuidoras de energia. Essa “jabuticaba” criou um rombo no setor da ordem de R\$ 100 bilhões, que nós, consumidores, continuamos a pagar em elevadas contas de luz.

Em resumo, a política energética do PT não poupou ninguém. O resultado foi a total instabilidade regulatória e muita insegurança jurídica, que afastaram os investidores do mercado brasileiro. Ao assumir, o governo Temer tomou inúmeras iniciativas que resgataram a confiança dos investidores. No período do ministro Fernando Bezerra Filho, foi dado início a mudanças que trouxeram total sucesso aos leilões de energia e de petróleo. Poderíamos destacar as modificações na Lei da Partilha, a nova política de conteúdo local, a aprovação do regime tributário do Repetro e o lançamento do programa Renovabio. **O ministro Moreira Franco** assumiu em abril, e neste curto espaço de tempo consolidou o binômio estabilidade regulatória e segurança jurídica. E como fez isso? Por meio de entregas, algumas até surpreendentes, sobretudo na área de energia elétrica. Depois de mais de 20 anos, as distribuidoras da Eletrobrás, que só geravam prejuízo e um péssimo atendimento ao consumidor, começaram a ser privatizadas.

Apesar da descrença de grande parte do mercado, a Cepisa, no Piauí, e as distribuidoras do Acre, de Rondônia e Roraima atraíram investidores privados. A melhor notícia é de que a venda dessas distribuidoras trará a redução nas tarifas, ao contrário do que afirmavam os opositores ao processo de privatização. Mas ainda falta resgatar do descalabro duas dessas empresas. A Amazonas Energia e a distribuidora de Alagoas, cujo processo de privatização está judicializado. Nos leilões do setor elétrico, os deságios têm sido expressivos e contam com participação cada vez maior de energias renováveis. No último leilão, realizado no dia 31 de agosto, o destaque foi a expressiva participação da energia eólica, com 1,25 GW ao preço inferior a R\$ 100/MWh. Ainda existe a real possibilidade de realizar outro leilão, no final deste ano, para substituir as poluidoras térmicas a óleo por modernas usinas movidas a gás natural.

Isso trará redução de custos, limpeza da matriz elétrica e maior segurança energética para a Região Nordeste. No setor de petróleo, a Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) começou a vender a parte da União no óleo do pré-sal. Com isso, o fundo social passou a ser uma realidade. Uma última grande conquista seria aprovar no Senado o projeto de lei sobre a cessão onerosa. Com isso o governo, ainda neste ano, poderia realizar o megaleilão de petróleo, que tem potencial de trazer uma arrecadação para o governo da ordem de R\$ 100 bilhões. É preciso dar continuidade a este processo de transformação. Temos de avançar com mais privatizações, incentivar a produção de energia de forma descentralizada, incorporar inovações tecnológicas, buscar o fim dos subsídios e a redução de carga tributária. Sempre tendo como meta eleger o consumidor como principal protagonista. Está na hora de completarmos a metamorfose; a borboleta tem de sair da crisálida e alçar voo.

DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA (CBIE)

MME / ASCOM .